

**PExt no RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 106.764 - CE  
(2018/0339402-1)**

**RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ**  
**RECORRENTE : ALEXANDRINA CABRAL PESSOA (PRESO)**  
**ADVOGADOS : FRANCISCO ERNANDO UCHOA LIMA SOBRINHO -**  
**CE010054**  
**SAMIA REGINA FEITOZA DO NASCIMENTO E**  
**OUTRO(S) - CE021820**  
**RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ**  
**REQUERENTE : ELIADILA MARIANO MARQUES**  
**ADVOGADO : FRANCISCO VALDENI DA SILVA - CE011101**

**DECISÃO**

**ELIADILA MARIANO MARQUES** ajuíza a petição de fls. 897-1.275, em que pede a extensão da decisão de fls. 874-876, por meio da qual deferi a liminar para permitir que a recorrente permaneça em prisão domiciliar até o julgamento final deste recurso.

A defesa noticia que a requerente é corré no mesmo processo em comento e que também é mãe de uma criança menor de 12 anos, de modo que **os efeitos do deferimento da medida de urência devem a ela ser estendidos, nos termos do art. 580 do Código de Processo Penal.**

**Decido.**

O Juízo de primeiro grau, descreveu a participação da acusada (fls. 214-215) e assim consignou acerca da prisão preventiva:

[...]

**ELIÁDILA MARIANO MARQUES, recebia ordens do MÁRCIO PERDIGÃO, guardando para o mesmo dinheiro proveniente da venda de drogas.**

[...]

Trata-se de uma ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA muito bem organizada, com membros integrantes do PRIMEIRO COMANDO DA CAPITAL (PCC), com atuação no Bairro Bom Jardim, autores dos mais diversos crimes, representando um grande risco para a ordem pública, caso permaneçam em liberdade.

A medida constritiva serve, para assegurar a ordem

pública, haja vista que o tráfico de entorpecentes produz um efeito nefasto em nossa sociedade, eis que é catalisador da prática de novos crimes praticados por usuários, que em sua busca insana de saciar o vício acabam se envolvendo com furtos, roubos e homicídios, o que tem provocado intranquilidade em toda a sociedade.

Tal decisão não irá erradicar plenamente a ação desse poderoso grupo criminoso, mas irá amenizar sua conduta, a qual demonstra absoluto destemor nas leis vigentes no país e na ação das autoridades, deixando a mercê da própria sorte, os cidadãos de bem, que sobrevivem sob permanente terror. Na verdade, esse grupo funciona como verdadeira empresa bem sucedida, traficando drogas ilícitas, roubando bancos para capitalização do crime, mor que é aquisição de drogas, armas, e nesse mister, se torna capaz de executar de forma cruel, não só seus integrantes, como integrantes de grupos rivais, e diga-se de passagem, decapitando, esquartejando, dentre outras formas de atrocidades, que não se compactuam com atos de seres humanos normais e tementes a Deus.

Portanto, e ainda, visando frear a ação de condutas criminosas dos referidos indivíduos, não vejo outro caminho senão, o afastamento deles do convívio social, sendo pois, o lugar deles no cárcere e de preferência, no REGIME DISCIPLINAR DIFERENCIADO, como tão bem requereu o Ministério Público (fls. 271-273, destaquei)

Corte local denegou a ordem lá impetrada (fls. 971-988).

A defesa comprova ser a paciente mãe uma menina, atualmente com 11 anos (fl. 969). Em juízo de cognição sumária – inerente a esta fase processual –, noto a **ausência de menção a elementos concretos dos autos que evidenciem não ser recomendável o convívio da acusada com a criança**, como, por exemplo, indícios da prática de condutas ilícitas na presença de sua prole. Ademais, **a indiciada é primária, circunstância que, somada ao fato de que não foi acusada de cometer condutas criminosas que envolvem violência ou grave ameaça contra a pessoa, reputo ser desproporcional a manutenção da cautela extrema.**

Importante mencionar o recente precedente da 2ª Turma do Supremo Tribunal Federal, nos autos do HC n. 143.641/SP, que, em 20/2/2018, concedeu habeas corpus coletivo "para determinar a substituição

da prisão preventiva pela domiciliar – sem prejuízo da aplicação concomitante das medidas alternativas previstas no art. 319 do CPP – de todas as mulheres presas, gestantes, puérperas, ou mães de crianças e deficientes sob sua guarda [...], enquanto perdurar tal condição, excetuados os casos de crimes praticados por elas mediante violência ou grave ameaça, contra seus descendentes ou, ainda, em situações excepcionalíssimas, as quais deverão ser devidamente fundamentadas pelos juízes que denegarem o benefício" (Rel. Ministro **Ricardo Lewandowski**, DJe 9/10/2018).

O referido *decisum*, de ofício, estendeu a ordem:

[...] às demais mulheres presas, gestantes, puérperas ou mães de crianças e de pessoas com deficiência, bem assim às adolescentes sujeitas a medidas socioeducativas em idêntica situação no território nacional, observadas as restrições previstas acima. **Quando a detida for tecnicamente reincidente, o juiz deverá proceder em atenção às circunstâncias do caso concreto, mas sempre tendo por norte os princípios e as regras acima enunciadas, observando, ademais, a diretriz de excepcionalidade da prisão.** Se o juiz entender que a prisão domiciliar se mostra inviável ou inadequada em determinadas situações, poderá substituí-la por medidas alternativas arroladas no já mencionado art. 319 do CPP. **Para apurar a situação de guardião dos filhos da mulher presa, dever-se-á dar credibilidade à palavra da mãe. Faculta-se ao juiz, sem prejuízo de cumprir, desde logo, a presente determinação, requisitar a elaboração de laudo social para eventual reanálise do benefício.** Caso se constate a suspensão ou destituição do poder familiar por outros motivos que não a prisão, a presente ordem não se aplicará.

Tal julgado confere concretude à Lei n. 13.257/2016 (Estatuto da Primeira Infância), a qual prevê a formulação e a implementação de políticas públicas para as crianças que estão na "primeira infância" – período que abrange os primeiros seis anos completos de vida da criança.

A referida lei estabelece um conjunto amplo de ações prioritárias que devem ser observadas na primeira infância (0 a 6 anos de idade), mediante "princípios e diretrizes para a formulação e implementação de políticas públicas para a primeira infância em atenção à especificidade e à relevância dos primeiros anos de vida no desenvolvimento infantil e no

desenvolvimento do ser humano" (art. 1º), em consonância com o Estatuto da Criança e do Adolescente.

A novel legislação, que consolida, no âmbito dos direitos da criança, a intersetorialidade e a corresponsabilidade dos entes federados, acaba por resvalar em significativa modificação no Código de Processo Penal, imprimindo nova redação ao inciso IV do art. 318 Código de Processo Penal, **além de acrescentar-lhe os incisos V e VI**, nestes termos:

Art. 318. Poderá o juiz substituir a prisão preventiva pela domiciliar quando o agente for:

I - maior de 80 (oitenta) anos;

II - extremamente debilitado por motivo de doença grave;

III - imprescindível aos cuidados especiais de pessoa menor de 6 (seis) anos de idade ou com deficiência;

IV - gestante;

**V - mulher com filho de até 12 (doze) anos de idade incompletos;**

VI - homem, caso seja o único responsável pelos cuidados do filho de até 12 (doze) anos de idade incompletos.

Parágrafo único. Para a substituição, o juiz exigirá prova idônea dos requisitos estabelecidos neste artigo.

É perceptível que a alteração e os acréscimos feitos ao art. 318 do Código de Processo Penal encontram suporte no próprio fundamento que subjaz à Lei n. 13.257/2016, notadamente a garantia do desenvolvimento infantil integral, com o "fortalecimento da família no exercício de sua função de cuidado e educação de seus filhos na primeira infância" (art. 14, § 1º).

Com base nos elementos acima delineados, considero, a um primeiro olhar, **não estar evidenciada hipótese caracterizadora da excepcionalidade prevista no HC n. 143.641/SP e, nos termos do art. 580 do CPP, estar a requerente nas mesmas condições fáticas e processuais da recorrente**, de modo que faz jus a extensão dos efeitos da liminar deferida.

À vista do exposto, **defiro o pedido de extensão, para assegurar à requerente que aguarde em prisão domiciliar o julgamento final deste habeas corpus.**

Cumprirá ao juízo natural da causa estabelecer eventuais

autorizações para breves ausências do recolhimento domiciliar da paciente, sempre tendo em vista os interesses da prole.

Alerte-se à acusada que deverá permanecer recolhida em sua residência, só podendo dela ausentar-se com autorização judicial, e que o descumprimento da prisão domiciliar importará o restabelecimento da custódia preventiva, como também poderá ser esta novamente decretada, se sobrevier situação que configure a exigência da cautelar mais gravosa.

Comunique-se o inteiro teor deste *decisum*, com urgência, à autoridade apontada como coatora e ao Juízo de primeiro grau, solicitando informações a respeito de eventual julgamento da ação penal, via malote digital.

Em seguida, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 12 de fevereiro de 2019.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**